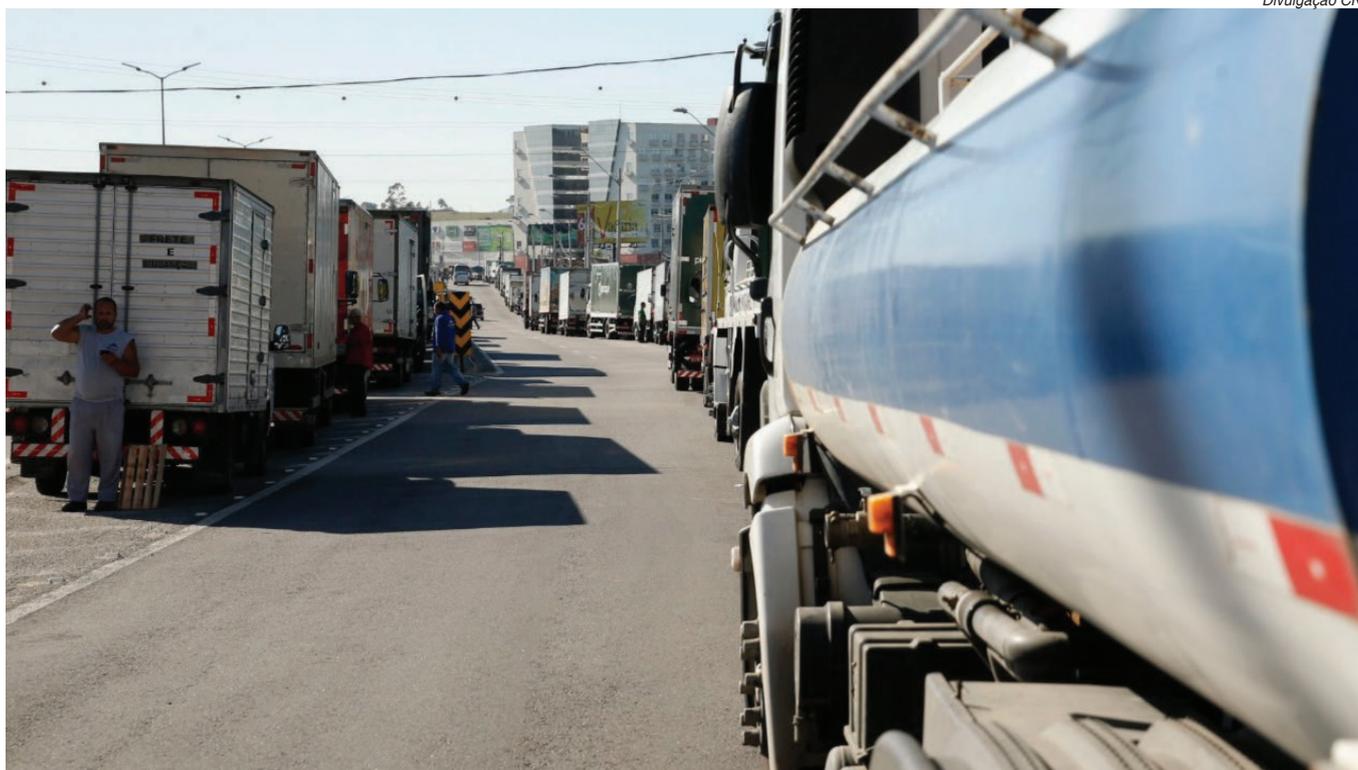




INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO ESTÁ NO SEU LIMITE

*IMPACTOS NEGATIVOS DO PIB, AUMENTOS DO PREÇO DO ASFALTO
E GREVE DOS CAMINHONEIROS FRAGILIZAM AINDA MAIS O SETOR*

Divulgação CNI



No dia em que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou o resultado do Produto Interno Bruto (PIB), confirmando mais uma queda da construção na economia, o setor ainda tem que encontrar solução para os impactos negativos gerados pelo aumento dos preços do asfalto e pela greve dos caminhoneiros. A indústria da construção, que representa mais de 50% do investimento e é grande geradora de emprego e renda, acumula mais um período de perdas e segue à margem dos sinais de reação da economia brasileira. O resultado do PIB confirma o novo encolhimento do setor no primeiro trimestre de 2018 — enquanto o país cresceu 0,4% a construção recuou 0,6%. Na prática, o PIB

nacional cresce há quatro trimestres e a construção cai há 16 trimestres consecutivos. “Nosso setor está no seu limite. O investimento acabou, as empresas não têm acesso ao crédito, é grande a insegurança jurídica e ainda estamos lidando com incertezas como o preço do asfalto”, disse José Carlos Martins, presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC).

A nova política de preços de materiais asfálticos adotado pela Petrobras já teve impacto considerável sobre todos os contratos de empreendimentos que utilizam esses produtos: obras rodoviárias, pavimentações urbanas, reposições de pavimentos em obras de sanea-

Sérgio Lima



José Carlos Martins, presidente da CBIC

mento, serviços complementares em loteamentos e urbanizações do Minha Casa, Minha Vida. A CBIC participou hoje de reunião no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) em busca de uma solução para o aumento dos preços mensais dos materiais betuminosos do asfalto. A entidade, por intermédio da sua COP (Comissão de Infraestrutura), busca solução para esse tema desde 2017.

Além disso, a estimativa é de que com a greve dos caminhoneiros o setor já perdeu mais de R\$ 5 bilhões de renda nesses 10 dias de paralisação, sem contabilizar os reflexos futuros. “A expectativa é de que após o fim da greve, o setor ainda leve de duas a três semanas para retomar suas atividades”, destaca Martins.

PESQUISA SOBRE OS IMPACTOS DA GREVE

Os impactos da greve dos caminhoneiros no setor da construção de Santa Catarina são crescentes. Pesquisa do Observatório da Indústria Catarinense revela que a indústria da construção concentra 12,5% dos empregos no estado e que 56% das empresas foram altamente impactadas pelo movimento. Dessas, 41% estimam que terão até 10% do faturamento mensal afetado e outras 22% estimam que o prejuízo será superior a 30%. De acordo com o levantamento realizado, 52% das obras do setor da construção já estão paralisadas devido à greve, e 56% das empresas dispensaram total ou parcialmente seus funcionários. No estado, 52% das

Divulgação



Alex Dias Carvalho, vice-presidente da CBIC e presidente do Sinduscon-PA

empresas já identificaram falta de cimento, concreto ou argamassa.

PERDAS NO PARÁ

No Estado do Pará, o setor da construção tem sido impactado duramente pelas manifestações no que tange ao abastecimento das obras. “O Pará não tem um polo industrial significativo na produção de insumos que são utilizados nos empreendimentos. Então a maioria dos produtos passa pelo modal rodoviário, e, com isso, o desabastecimento é generalizado”, destaca o presidente do Sindicato da Indústria da Construção do Estado do Pará (Sinduscon-PA), Alex Dias Carvalho.

Segundo Alex Carvalho, muitos materiais básicos da construção civil agregados, como o cimento que possui uma produção local também têm sido impactados severamente, pois a entrada de Belém está praticamente fechada para o acesso de caminhões durante todos esses dias. “Isso tem causado a paralisação e a falta de capacidade de planejamento em obras, com estoque limitado e escasso, apresentando condições críticas que só temos a lamentar”.

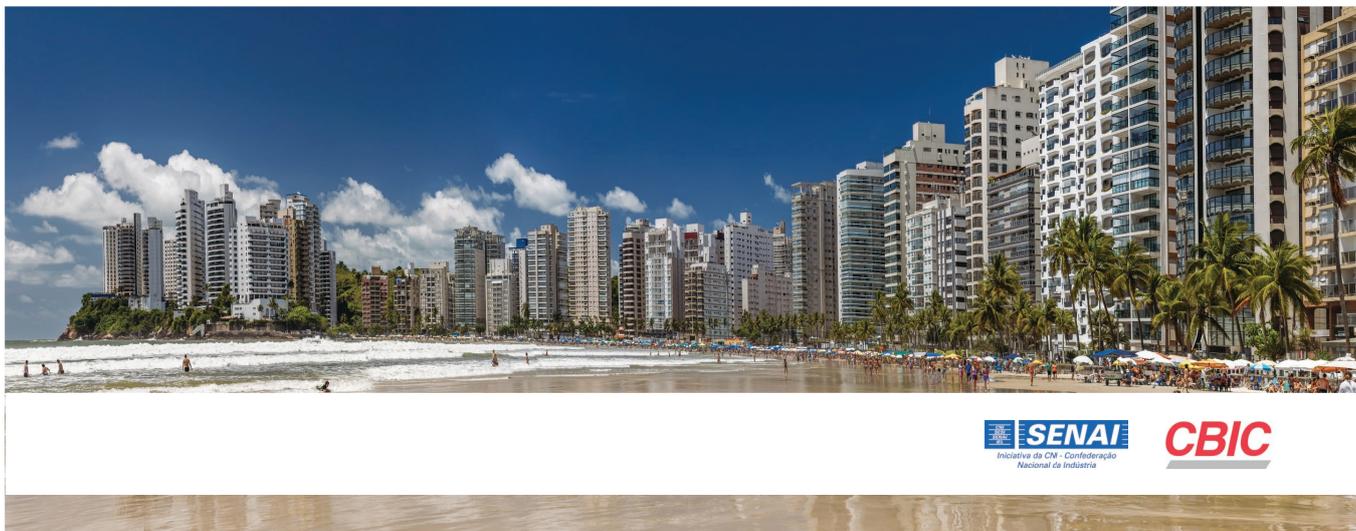
Na mesma linha da CBIC, Alex Carvalho defende o restabelecimento da normalidade para o setor, um segmento que já vem de uma sequência longa de dificuldades e “nós não temos força suficiente para aguentar mais solavancos”.

VENDAS NO MERCADO IMOBILIÁRIO BRASILEIRO REGISTRAM AUMENTO DE 22,3% NO INÍCIO DE 2018

SEGUNDO BALANÇO DA CBIC, REDUÇÃO DOS LANÇAMENTOS NO PRIMEIRO TRIMESTRE INDICA QUE CONFIANÇA DOS CONSUMIDORES É MAIOR QUE A DOS INCORPORADORES

1° Trimestre de 2018

INDICADORES IMOBILIÁRIOS NACIONAIS



Entre janeiro e março de 2018, as vendas de unidades residenciais cresceram 22,3% no Brasil, em comparação com o primeiro trimestre do ano anterior. No entanto, a recuperação do mercado imobiliário, iniciada no final do ano passado, ainda não foi suficiente para estimular as empresas a lançarem novos empreendimentos. As vendas superaram os lançamentos – que tiveram uma queda de 30,7% no período – em exatas 14.138 unidades, número que representa 57,2% do total vendido. Esses dados são alguns dos destaques do estudo “Indicadores Imobiliários Nacionais”, iniciativa da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), em correalização com o Senai Nacional, divulgado nesta quarta-feira (30).

Com o aumento das vendas e a diminuição dos lançamentos, houve uma redução expressiva do estoque no final do trimestre. A oferta final de unidades residenciais, em março de 2018, foi 14,8% menor quando comparado a igual período de 2017. O levantamento revela que está havendo um atendimento da demanda reprimida

dos últimos anos, porém, sem que a confiança dos empresários na economia tenha se consolidado.

“Esse resultado mostra que temos um mercado ansioso por comprar imóveis, porém não estamos conseguindo entregar os produtos adequadamente. Em nossa leitura, isso é um problema de falta de crédito”, afirma José Carlos Martins, presidente da CBIC. De acordo com o dirigente, as empresas estão muito debilitadas devido à crise e não têm um balanço adequado para receber o crédito que recebiam no passado. Por sua vez, os agentes financeiros também estão mais restritos e temerosos.

Celso Petrucci, presidente da Comissão da Indústria Imobiliária (CII) da CBIC e responsável pelo estudo, concorda: “O mercado de lançamentos e vendas depende muito da confiança que se tem no País, tanto do incorporador imobiliário quanto das pessoas para quem são ofertados esses produtos. O que percebemos é que a confiança dos consumidores está maior

do que a confiança dos incorporadores”, explica.

Martins reforça que a proposta da CBIC é criar mecanismos para melhorar a concessão de crédito e haver algum tipo de flexibilização. O resultado do Produto Interno Bruto (PIB), que mostra retração da construção civil no primeiro trimestre deste ano, é outra demonstração, segundo o presidente da CBIC, de que o setor precisa ter novos incentivos e novos mecanismos que estimulem o investimento.

INDICADORES IMOBILIÁRIOS

No primeiro trimestre deste ano, foram vendidas 24.712 unidades residenciais, quantidade superior às 20.209 unidades de 2017. O grande destaque foi a região Centro-Oeste, com um incremento de 62,6% no número de vendas, sendo seguido pelo Sudeste (+26,3%). O Norte foi a única região com variação negativa (-22,1%), tendo Belém e Manaus as maiores quedas em vendas. Das regiões pesquisadas, as regiões metropolitanas de Fortaleza, João Pessoa, Maceió e Recife estão na frente em volume de vendas.

Em relação aos lançamentos, o resultado caiu de 15.255 unidades lançadas nos três primeiros meses de 2017 para 10.574 unidades, em 2018. Enquanto no Norte não foram registrados lançamentos nesse período, o Nordeste manteve-se estável, com cerca de 4 mil unidades lançadas. Centro-Oeste (-62,1%) e Sul (-63,6%) tiveram retração similar; e as regiões metropolitanas de capitais nordestinas compõem as localidades com maior (João Pessoa, Maceió e São Luís) e menor (Fortaleza, Natal e Recife – atrás apenas de Belém) número de lançamentos.

Com isso, a oferta final disponível de residenciais novos passou de 144.398 unidades, em março de 2017, para 123.055, no último mês de março. A oferta caiu em todas as regiões, especialmente no Sudeste (-19,7%) e, dentre todas as localidades pesquisadas, apenas cinco observaram aumento na oferta final: Belém, região metropolitana de Maceió, São Luís, Cuiabá e Curitiba – juntas representando 18,3% do total de oferta.

O estudo também mostra que 52% das unidades ofertadas encontram-se em construção, 33% estão prontas e 20%, na planta. Mais da metade é composta por dois

dormitórios (54,5%) e o preço médio por metro quadrado de área privativa está em R\$ 6.042,00.

Quanto à participação das regiões nesse cenário, o Sudeste continua sendo a principal praça no Brasil. É lá onde realizam 49,6% dos lançamentos, onde acontecem 48,5% das vendas e onde se encontra 41,5% da oferta final. Em seguida, aparece o Nordeste com 38% dos lançamentos, 23,4% das vendas e 28,4% da oferta.

CENÁRIO ATUAL E FUTURO

Celso Petrucci avalia que o resultado do primeiro trimestre reflete a tendência de melhoria das vendas em relação a 2017, acompanhada também pelo crescimento dos financiamentos imobiliários com recursos da caderneta de poupança. A continuidade das contratações do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), a baixa da taxa de juros, a Selic a 6,5%, a inflação sob controle no primeiro trimestre e a geração de empregos formais são alguns dos indicadores micro e macroeconômicos que estão dando maior confiança aos compradores. “O que precisamos é que isso contamine positivamente os incorporadores. A desconfiança no futuro do País, a falta de segurança, ainda é muito grande”, diz.

O presidente da CII/CBIC informa também que há certa apreensão no mercado em relação ao restante do ano devido à crise política/institucional instalada, e que foi potencializada pela recente paralisação. “Não sabemos até que ponto isso vai afetar a própria economia e o nosso mercado imobiliário. Sendo assim, o segundo trimestre deve ter um movimento parecido com o do primeiro”, considera Petrucci, ainda acreditando que este será um ano com mais vendas, em razão da demanda que ficou reprimida pelos anos de crise.

Este é o quinto estudo “Indicadores Imobiliários Nacionais” divulgado pela CBIC e pelo Senai Nacional desde 2017. O intuito é consolidar os dados com uma metodologia nacional consistente e apoiar empresários e entidades do setor na tomada de decisões e observação de tendências. Para os relatórios trimestrais, são analisadas e agregadas informações de 23 regiões em todo o País. Os estudos encontram-se disponíveis, no site da CBIC, através dos seguintes links: [primeiro trimestre de 2018](#) e [balanço de 2017](#).

CBIC LANÇA SEGUNDA EDIÇÃO DO MANUAL DO PROJETO O FUTURO DA MINHA CIDADE

ENTIDADE AVALIA ANDAMENTO DA INICIATIVA COM AS CIDADES PARTICIPANTES
E DEFINE AÇÕES FUTURAS, DURANTE WORKSHOP EM UBERLÂNDIA/MG

Cleiton Ferreira Borges



II Workshop "O Futuro da Minha Cidade - Resultados e Ações Futuras", em Uberlândia/MG

Após seis anos do projeto "O Futuro da Minha Cidade", criado em 2012 com o objetivo de desenvolver e fortalecer o protagonismo na sociedade civil organizada para pensar e atuar no planejamento de um futuro de pelo menos 20 anos para as cidades, a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), por meio da sua Comissão de Meio Ambiente (CMA), com a correalização do Sesi Nacional e patrocínio nacional da Caixa Econômica Federal, lançou ontem (29/05) a segunda edição do [Manual do Projeto](#). A publicação apresenta novos conhecimentos sobre governança compartilhada e mobilização da sociedade civil. O lançamento ocorreu durante o II Workshop "O Futuro da Minha Cidade – Resultados e Ações Futuras", em Uberlândia/MG, ocasião em que também foram avaliadas as realizações efetivas até o momento e os desafios que estão por vir.

A iniciativa já conta com a adesão de 23 cidades e centenas de "apaixonados", que decidiram ser protagonistas e, assim, liderar mudanças para melhorar a qualidade de vida da população local. Ao buscar a formação, organização e protagonismo da sociedade civil na gestão das cidades, o projeto defende que ela seja constituída por

uma governança capaz de planejar o futuro, de forma a organizar as escolhas feitas no presente, levando em consideração desafios e seus potenciais. A sociedade também deve ser capaz de acompanhar e monitorar o poder público no desenvolvimento de suas ações em direção ao planejamento.

A publicação destaca, entre outros, a importância da participação das mulheres e dos jovens na formação de governanças da sociedade civil, bem como defende o desenvolvimento do empreendedorismo cívico-social para manter e evoluir com o capital social, indispensável para a perenidade da governança.

Ao comentar o manual, a arquiteta e urbanista Marcela Arruda deu exemplos de como pensar o processo proposto pelo projeto de ouvir, planejar, gerenciar e continuar. Arruda apresentou vários projetos ligados ao empreendedorismo social, que envolvem a comunidade e fazem com que as pessoas participem. A arquiteta e urbanista analisou ainda os impactos da urbanização das cidades e a desigualdade urbana e territorial, produto do processo de urbanização. Também deu dicas de

como atualizar o patrimônio existente, trazendo-o de volta para o desenvolvimento da cidade e como reconhecer os recursos que já existem e que foram esquecidos ou abandonados por alguma razão. Provocou os presentes sobre a necessidade de pensar formatos, mas também temáticas para criar cidades que aspiram inovação e participação cidadã.

“Esse momento de crise – greve dos caminhoneiros – é reflexo da falta de diversificação dos modelos”, destaca Marcela Arruda, reforçando que o País colocou todas as fichas em uma só matriz – modelo rodoviário – e que é preciso entender a lógica da diversificação.

PENSANDO O FUTURO

Ao falar sobre o andamento do projeto, o consultor Silvio Barros enfatizou a importância do exercício de futurologia, para ter previsibilidade do que serão as cidades em 2038. “A melhor maneira de prever o futuro é criá-lo”, mencionou, citando Peter Drucker. “O projeto trabalha com um futuro de 20 anos, que superará a gestão pública do momento. Para que dê certo, a sociedade tem que ter coragem e disposição de ser parceira dos políticos, que têm o poder de decisão – concedido legitimamente pelo voto – indicando a eles onde está o problema e qual é a solução”, disse.

Integram o projeto, as cidades de Aparecida de Goiânia (GO), Belém (PA), Bento Gonçalves (RS), Brasília (DF), Campo Grande (MS), Cascavel (PR), Caxias do Sul (RS), Chapecó (SC), Goiânia (GO), Itapema (SC), João Pessoa (PB), Joinville (SC), Manaus (AM), Natal (RN), Porto Velho (RO), Santa Cruz do Sul (RS), Santa Maria (RS), São Gonçalo do Amarante (CE), São Luís (MA), Teresina (PI), Uberlândia (MG), Vitória (ES) e Volta Redonda (RJ). Destas, 14 cidades deram continuidade ao projeto após o evento de sensibilização e mais de 60% estão com ações em andamento para a implementação do projeto.

Ainda pensando no futuro e citando a greve dos caminhoneiros, Silvio Barros questionou sobre em que momento falou-se em novo modal de transporte. “Temos pessoas pensando para trás (nos problemas) e em nenhum momento para frente. O que vai acontecer com a sobrevivência da sociedade se nada mudar?”, enfatizou.

Num exercício de futuro, questionou como as cidades estão se preparando para os impactos que surgirão, por exemplo, com a ampliação dos *home offices* e a eliminação de milhões de empregos com a ampliação da

robótica. Reforçou a importância das cidades pensarem no plano diretor, no plano de mobilidade, no plano de gerenciamento de resíduos, no plano de adaptação de mudanças climáticas, no desenvolvimento econômico, na educação e na saúde sob a ótica do que ocorrerá nos próximos anos

Citou, como exemplo, o levantamento desenvolvido pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Paraná sobre todas as cidades do Estado que são cortadas por rio, que demonstra as áreas inaptas, aptas, com restrição e aptas para uso e ocupação de solo a fim de orientar as prefeituras onde podem ou não fazer equipamentos públicos. “Será que as decisões que estamos tomando hoje são as corretas? Se queremos efetivamente construir um país com perspectiva, vamos fazer isso num exercício de cidadania a partir das cidades. É nisso que a CBIC está apostando”, enfatizou.

IMPORTÂNCIA DO PROJETO



Ao ressaltar a importância da iniciativa, o presidente do Grupo Algar e presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico de Uberlândia (Codem Uberlândia 2.100), Luís Alberto Garcia, destaca que o desabastecimento vivenciado pelo Brasil é consequência da falta de previsão de futuro. “Se tivéssemos um País sério, com dinheiro suficiente para manter o almoxarifado dos hospitais e das escolas, com produtos para 15 dias, as consequências da greve seriam minimizadas”, aponta.



“Precisamos de planejamento, de pessoas que dediquem parte do seu tempo para pensar na cidade”, destacou o presidente do Sindicato da Indústria da Construção do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (Sinduscon-TAP), Pedro Spina, reforçando que toda a sociedade local está representada no Codese-Uberlândia. “Estamos exercendo o direito de pensar a nossa cidade”, disse.



O vice-prefeito de Uberlândia, Paulo Sérgio Ferreira, agradeceu a CBIC pela iniciativa e pelo importante trabalho desenvolvido para o País. “Quando o Codem foi lançado em Uberlândia, eu era empresário, representante de entidade, e hoje estou como vice-prefeito, representando o setor público. O importante é que existem pessoas que estão pensando o futuro da nossa cidade e do nosso País.

Cleiton Ferreira Borges



II Workshop "O Futuro da Minha Cidade - Resultados e Ações Futuras"

AVALIANDO O PROJETO

Ao avaliar o andamento do projeto, em Uberlândia – cidade modelo - o presidente executivo do Coden Uberlândia 2100, Dilson Dalpiaz, mencionou que o projeto surgiu da convergência de propósitos entre o projeto "O Futuro da Minha Cidade" e os 80 anos de Luís Alberto Garcia, com a experiência do Algar 2100. Disse que o planejamento levou seis meses. "Nada de grande é construído sem paixão", disse, reforçando que a sociedade tem que ser protagonista e trabalhar em parceria com o governo, as empresas e as universidades.

O projeto da CBIC surgiu da experiência bem sucedida da cidade de Maringá-PR, por meio do seu Conselho de Desenvolvimento Econômico (Codem), que possui um caráter deliberativo e consultivo e tem como finalidade propor e fazer executar política de desenvolvimento econômico, social e planejamento urbano e tem como características a participação voluntária, visão de futuro e planejamento, suporte técnico profissional, representatividade política apartidária, foco no desenvolvimento econômico e representatividade da sociedade organizada.

A cidade paranaense, primeira na lista das melhores do Brasil em 2017, segundo estudo da consultoria Macroplanpor já está planejando a Maringá de 2047. Estão sendo traçados os destinos econômico, social e urbanístico de Maringá para o seu centênário, que incluirá indicadores que garantam que a cidade vai andar para frente e

Cleiton Ferreira Borges



Membros do projeto O Futuro da Minha Cidade, em Uberlândia

não para trás, como os de custo dos serviços públicos por habitante; taxa de investimento sobre a receita total; gastos com pessoal sobre receita total; taxa de acidentes de trânsito; número de habitantes por policial; porcentagem de resíduos reciclados sobre o total recolhido; índice de perda de água tratada no sistema de distribuição, e km de ciclovias por 100 mil habitantes.

Também participaram do evento, o presidente do Grupo Algar e presidente do Coden Uberlândia 2.100, Luís Alberto Garcia; o presidente do Sindicato da Indústria da Construção do Triângulo Mineiro do Alto Paranaíba (Sinduscon-TAP), Pedro Spina; o vice-prefeito de Uberlândia, Paulo Sérgio Ferreira; a diretora-executiva do Codem Maringá, Juliana Afonso; o vice-presidente de Obras Públicas da Ascon vinhedos, representando a cidade de Bento Gonçalves/RS, Milton Milan; a secretaria geral do Codese-DF, Rosane Lucho do Valle; o presidente do Codese Manaus/AM, Antonio maria dos Santos da Silva Azevedo, e membros do Codese/AM Romero Reis e Ulisses Tapajós; o diretor técnico da Agência de Desenvolvimento da Cidade de Porto Velho/RO, Armando Moreira Filho, além de representantes da cidade de Marília, em São Paulo, que demonstraram interesse em conhecer o projeto da CBIC.

A parte da manhã do "II Workshop O Futuro da Minha Cidade – Resultados e Ações Futuras" foi transmitida ao vivo pelo canal da CBIC no Facebook, alcançando, até o momento, 2.382 pessoas e 709 visualizadores únicos. Os interessados podem assisti-lo, [clikando aqui](#).



PROPOSTAS PARA A INFRAESTRUTURA SÃO APRESENTADAS AO BANCO MUNDIAL

Divulgação



Na qualidade de consultor da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) e da Confederation of Contactors' Association (CICA), Fernando Vernalha, sócio do VGP Advogados e consultor de projetos relevantes de infraestrutura, foi o legal advisor responsável pela apresentação de propostas ao Banco Mundial para melhorar o acesso das médias empresas ao mercado internacional de infraestrutura. O tema tratado tem interface com o projeto “Integração internacional” da Comissão de Infraestrutura (COP) da CBIC, em correalização com o Senai Nacional.

De Washington D.C., nos Estados Unidos, onde as propostas foram discutidas com a Diretoria do Banco, Vernalha falou ao **CBIC Mais** sobre a importância dessa pauta:

CBIC Mais: Qual o diagnóstico atual sobre a situação das médias empresas no mercado internacional de infraestrutura?

Fernando Vernalha: Embora as médias empresas tenham um papel relevante no desenvolvimento da economia de diversos países, elas ainda têm um *market share* bastante restrito no mercado de infraestrutura. Isso se deve a algumas barreiras de entrada dessas empresas em projetos de infraestrutura. Além da falta de capacidade dessas empresas em atender aos requisitos de participação nas licitações, que são bastante exigentes, elas não estão, em muitos casos, preparadas para acessar financiamentos e seguros demandados para a execução desses projetos. Por isso, não temos visto uma ampla participação de empresas de menor porte em projetos de infraestrutura.

CBIC: Na sua visão, qual a relevância em desenvolver políticas para melhorar o acesso dessas empresas ao mercado de infraestrutura?

Fernando Vernalha: Investir em uma maior participação de empresas de menor porte no setor de infraestrutura pode trazer diversos benefícios ao setor público e à economia dos países. Em primeiro lugar, há um benefício direto decorrente da ampliação da competitividade nas licitações, o que dá lugar a melhores negócios para as administrações e para os usuários dos serviços. Em segundo lugar, democratizar o mercado de infraestrutura, a partir do desenvolvimento das médias empresas, produz uma série de benefícios na economia, além de contribuir para uma melhor distribuição de riquezas. Além disso, as médias empresas são os parceiros ideais para projetos de menor porte, como projetos municipais. E há um interesse, cada vez maior em diversos países do mundo, em desenvolver projetos subnacionais, especialmente os municipais.

CBIC Mais: Como viabilizar uma maior participação dessas empresas em projetos de infraestrutura?

Fernando Vernalha: Há algumas propostas que desenvolvemos na CICA com esse objetivo. A primeira delas con-

siste em melhorar a segurança jurídica para a gestão e execução de projetos. Infelizmente, principalmente nos países emergentes, ainda há muita instabilidade jurídica, regulatória e institucional para atrair investidores e desenvolver bons projetos. Precisamos endereçar essa questão, investindo na uniformização de entendimentos sobre temas jurídicos relevantes e na construção de políticas regulatórias de longo prazo para setores estratégicos. Além disso, precisamos assegurar vias alternativas de resolução de disputas, como a arbitragem. Uma segunda proposta reside em fomentar projetos subnacionais, abrindo a porta para que projetos de menor porte possam criar um mercado estratégico para as médias empresas. Mas ainda há muita falta de capacitação técnica e institucional das administrações de menor porte em diversos países, o que demanda o apoio dos governos centrais e de suas instituições em prover os meios para transferência de know-how e para a assessoria técnica à estruturação de projetos locais. Outro ponto relacionado a isso é a dimensão dos projetos de infraestrutura. Usualmente, esses projetos são considerados de larga escala,

o que exige requisitos de participação bastante exigentes e restringem a participação de empresas menores. O fracionamento de grandes projetos, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso, é uma alternativa eficaz para viabilizar a participação de empresas médias em projetos de infraestrutura.

CBIC Mais: Quais as principais dificuldades para a implementação dessas políticas?

Fernando Vernalha: Um dos principais desafios, particularmente nos países em desenvolvimento, é a falta de capacitação institucional do Poder Público em prover as condições necessárias para que projetos de infraestrutura sejam implementados com qualidade e estabilidade. Isso é muito visível nos municípios, que são os que mais se ressentem de falta de capacidade para desenvolver projetos. De outro lado, há também um déficit de governança no mercado. As empresas médias não seguem padrões exigentes de governança, o que lhes dificulta o acesso a financiamentos e seguros.

AGENDA



06 de junho

REUNIÃO DO CONSELHO JURÍDICO DA CBIC - CONJUR
Horário: 11h às 17h



08 de junho

REUNIÃO DA CII/CBIC
Horário: 09h30 às 17h
Local: Manaus-AM



13 de junho

REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CBIC
Horário: 10h30 às 16h30
Local: Sede da CBIC - Brasília-DF



01 a 04 de agosto

CONSTRUSUL - 21ª FEIRA INTERNACIONAL DA CONSTRUÇÃO
Horário: Quarta a sexta-feira, das 14h às 21h –
Sábado, das 11h às 18h
Local: Fiegs (Av. Assis Brasil, 8787 –
Porto Alegre - RS)



15 a 19 de agosto

A 27ª FEIRA DE IMÓVEIS DO PARANÁ
Local: Centro de Eventos do Sistema Fiep,
no Jardim Botânico, em Curitiba



27 de novembro

TROFÉU INCORPORADOR DO ANO
E O PERFIL IMOBILIÁRIO 2018
Local: Salão Azul do Club e Curitiba,
no Água Verde, em Curitiba

EXPEDIENTE:

Presidente da CBIC: José Carlos Martins
Equipe de Comunicação:
Doca de Oliveira – coordenacao.comunicacao@cbic.org.br
Ana Rita de Holanda – jornalista@cbic.org.br
Sandra Bezerra – comunicacao@cbic.org.br
Paulo Henrique Freitas de Paula – arte@cbic.org.br

Bruno Dantas - redacao@cbic.org.br
Projeto Gráfico: Radiola
Diagramação: Paulo Henrique Freitas de Paula
Telefone: (61) 3327-1013